

## **FRANCO JÚNIOR, José de Barros**

\* dep. fed. RJ 1894-1902 e 1906-1907.

*José de Barros Franco Júnior* nasceu em Petrópolis, na antiga província do Rio de Janeiro, no dia 12 de agosto de 1861, filho do comendador José de Barros Franco.

Estudou nos colégios de São Francisco de Paula e Pedro II e em 1882 diplomou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde teve como companheiros de turma Assis Brasil, Silva Jardim, Raimundo Correia, Augusto de Lima, Brasil Silvado e Alfredo Bernardes da Silva, entre outros. De volta à cidade natal, entre os anos de 1884 e 1886 foi juiz municipal de órfãos. Ao mesmo tempo, em sua fazenda, localizada em um distrito de Petrópolis, dedicou-se à lavoura do café, sendo um dos pioneiros na adoção de métodos modernos e na utilização de mão de obra italiana. Defensor dessa colonização, influiria para que, no início da República, muitas famílias provenientes da Itália se estabelecessem em Petrópolis e imediações.

Abolicionista e republicano, foi um dos fundadores do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. Lutou contra a escravidão e levantou a bandeira da República ao lado de José Tomás da Porciúncula, Hermogêneo Pereira da Silva, Francisco Soares de Gouveia, Ernesto Paixão e Inácio Barbosa dos Santos Werneck, o barão de Bemposta, entre outros. Em decorrência dessa atuação, candidatou-se e foi eleito vereador à Câmara Municipal de Petrópolis em 1º de julho de 1886. Entretanto, por ser republicano e por ser Petrópolis um município cuja vida contava com a participação ativa do imperador dom Pedro II, sua eleição causou agitação política. Partidários da situação levantaram a tese de que parte dos que lhe haviam dado seu voto pertenciam, na realidade, ao município de Paraíba do Sul, e o impediram, assim, de exercer o mandato. Tal revés não o impediu, porém, de intensificar a sua atuação política após a proclamação da República.

Chefe, em Paraíba do Sul, de uma importante facção de oposição ao presidente do estado do Rio de Janeiro Francisco Portela (1889-1891), procurou-o pessoalmente instando-o a renunciar, no que não foi atendido. Mas, com a subida à presidência da República do

marechal Floriano Peixoto (1891-1894), os presidentes de estado foram destituídos, e entre eles estava Francisco Portela. Em consequência da substituição de Portela pelo contra-almirante Baltasar da Silveira em dezembro de 1891, a Assembleia estadual foi dissolvida, e foi convocada uma nova Constituinte. Barros Franco Júnior foi eleito para compô-la, ao lado destacadas figuras políticas fluminenses. Além disso, o apoio que deu ao marechal Floriano valeu-lhe o posto de tenente-coronel honorário.

#### DEPUTADO FEDERAL

Em 1894, Barros Franco Júnior foi eleito pela primeira vez deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Concluiu o mandato em 1896, mas foi reeleito para as duas legislaturas subsequentes, permanecendo no parlamento até 1902. Nesse período, em 1897, declinou da nomeação para membro da Comissão de Marinha e Guerra. Não conseguiu renovar o mandato em 1903, mas em 1906 foi de novo sufragado deputado federal por seu estado natal. Nesse pleito, sua eleição foi contestada por Cruvelo Cavalcanti, candidato preterido que alegou fraude no processo eleitoral. Contudo, tal alegação não foi comprovada, e sua eleição foi reconhecida. Seu mandato expiraria em 1908, mas em 1907, ao regressar de uma viagem à Europa, encontrou de relações cortadas seus dois grandes amigos, Hermogêneo Silva e Pinheiro Machado, o que o levou a renunciar a fim de não romper politicamente com um deles.

Na Câmara dos Deputados, ainda em 1906 concorreu à vice-presidência da casa, mas seu nome não foi o escolhido. No ano seguinte, foi eleito membro da Comissão de Tomada de Contas. No entanto, sua atuação mais destacada ocorreu nos debates sobre questões agrícolas, em especial os relativos à cultura do café, de que era produtor. Maior exemplo dessa participação foi a defesa que fez em plenário do Convênio de Taubaté, acordo assinado em fevereiro de 1906, no município paulista que deu nome ao pacto, pelos presidentes de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os três maiores produtores nacionais do grão. O próprio Barros Franco Júnior participou como delegado na comitiva fluminense e foi um dos signatários do convênio. De acordo com o documento, os governos

dos três estados comprometiam-se a comprar o excedente da produção de café com o intuito, em um primeiro momento, de conter a queda do preço, e, posteriormente, de vendê-lo em um período de alta no mercado internacional.

Durante alguns períodos, acumulou o mandato de deputado federal com o de vereador à Câmara Municipal de Petrópolis, onde ocupou uma cadeira a partir de 1901. Influente politicamente, conseguiu melhorias para a sua região, como a construção de pontes de ferro em Pedro do Rio e em Fagundes, e da escola de Secretário, cujo terreno foi por ele doado. Contribuiu, também, para a implantação da rede transmissora de energia elétrica para Pedro do Rio, em 1905.

Chefe político local, esteve diretamente envolvido na refrega entre o presidente do estado do Rio Alfredo Backer (1906-1910) e Nilo Peçanha, antecessor deste (1903-1906) e então vice-presidente da República (1906-1909). Apesar de indicado por Peçanha, Backer passou a divergir de seu antigo aliado no curso do governo Afonso Pena (1906-1909). Pena pensava em constituir para si uma base de apoio político independente das lideranças tradicionais. Backer foi sondado para participar desse grupo, o que atingiu os interesses de Nilo Peçanha e provocou o rompimento entre os dois políticos fluminenses. Como resultado, e por ação direta de Nilo Peçanha, em 1907 a proposta de sobretaxa para o café, estipulada pelo Convênio de Taubaté e defendida por Alfredo Backer e Barros Franco Júnior, não foi aprovada pela Assembleia Legislativa. Com o agravamento da situação, os partidários de Nilo Peçanha solicitaram a intervenção federal no estado e o encurtamento do mandato de Alfredo Backer. Nessa disputa Barros Franco Júnior postou-se em apoio a Backer, mas pouco depois aderiu a Nilo Peçanha.

Com a morte de Afonso Pena em 1909, e a subida de Nilo Peçanha à presidência da República, foi extinta a influência do grupo ligado ao presidente morto, e muitos de seus partidários renderam-se à influência do novo presidente. Contudo, os embates com Backer continuaram e foram intensificados por conta das eleições municipais previstas para dezembro de 1909 e da sucessão estadual de 1910. No pleito local, Barros Franco Júnior formou chapa junto com antigos backeristas convertidos ao nilismo, como seu amigo de

toda a vida e antigo companheiro na luta pela causa republicana, Hermogêneo Pereira da Silva, e também Otto Hees, José Henrique Thyne Land, capitão Henrique Sixel, José Lourenço Pinto, Edmundo de Lacerda e Artur de Sá Earp. Embora os correligionários de Alfredo Backer figurassem no topo da lista dos campeões de votos, os partidários de Nilo Peçanha também conseguiram eleger seus representantes, entre eles Barros Franco Júnior, que retornou à Câmara Municipal. Mais uma vez reeleito vereador em Petrópolis para a legislatura de 1913-1915, assumiu a presidência da Câmara Municipal durante aqueles anos, o que significa que lhe cabia o exercício da prefeitura da cidade. Poucas vezes desempenhou tal função. Apresentando como justificativa sua residência longínqua e seus interesses particulares, passava o cargo ao substituto legal. Em 1915, candidatou-se a deputado federal, mas não teve a sua eleição reconhecida pela comissão encarregada de analisar os diplomas dos candidatos sufragados.

Com a criação da prefeitura municipal de Petrópolis, através do Decreto 1.496, de 26 de julho de 1916, pelo então novamente presidente do estado do Rio Nilo Peçanha (1914-1917), foi também criado o cargo de prefeito da cidade, para o qual foi nomeado o engenheiro Oscar Weinschenck. Weinschenck permaneceu no cargo até 1922, porém, com vários intervalos. Novamente eleito vereador para as legislaturas de 1919-1921 e 1922-1924, Barros Franco Júnior, na qualidade de presidente da Câmara Municipal, função que voltou a ocupar em 1919, 1921, 1922 e 1923, tornou a assumir a prefeitura, substituindo o titular, de 2 a 27 de julho de 1920 e de 30 de agosto de 1921 a 6 de maio de 1922. Tal situação se repetiu entre 23 de setembro de 1922 e 31 de janeiro de 1923, em função da contestação da eleição de Artur Alves Barbosa pelo concorrente Joaquim Moreira. No ano seguinte, ocorreu a dissolução da Câmara de Petrópolis. Barros Franco Júnior candidatou-se a uma vaga de senador e, posteriormente, em 1927, buscou mais uma vez eleger-se deputado federal. Contudo, nas duas vezes não obteve sucesso.

Faleceu no Rio de Janeiro, Distrito Federal, em 17 de julho de 1938.

Casado com Ana Ferraz Caldas, neta do visconde de São Bernardo, Eugênio Ferraz Abreu, chefe do Executivo municipal de Petrópolis durante o Império, teve quatro filhos.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ALVES NETTO, J. *Coronel*; ALVES NETTO, J. *Curso*; CARMO, L. *Pedro*; CARONE, E. *Primeira*; CÂM. DEP. *Anais* (1894-1902, 1906-1908, 1915, 1918, 1921); *Diário Oficial da União* (28/2/1924. Seção I, p. 5724, 29/3/1927. Seção I, p. 7410) DIAS, S. *Alfredo*; EARP, A. *Acervo*; *Encyclopedia e Diccionario Internacional* (p. 1244); Guia de Itaipava. A Vila de Secretário. Disponível em: <[http://www.guiadeitaipava.com.br/memoria/memoria\\_secretario.html](http://www.guiadeitaipava.com.br/memoria/memoria_secretario.html)>. Acesso em: 21/1/2011; *Jornal de Petrópolis* (22/10/1961, p. 6); PREF. MUN. PETRÓPOLIS. *Atas da Câmara Municipal de Petrópolis: período Império*. Disponível em: <<http://www.cmp.rj.gov.br/atasimperio/indice.htm>>. Acesso em: 6/3/2011; PREF. MUN. PETRÓPOLIS. *História da Câmara*. Disponível em: <<http://www.cmp.rj.gov.br/historia.html>>. Acesso em: 21/1/2011; VASCONCELLOS, F. *Edwiges* (1); VASCONCELLOS, F. *Edwiges* (5); VASCONCELLOS, F. *Monárquica*.